

O REGIME VARGAS, O INTEGRALISMO E A CAMPANHA ANTICOMUNISTA NA DÉCADA DE 1930

THE VARGAS REGIME, INTEGRALISM AND THE ANTI-COMMUNIST CAMPAIGN IN THE 1930s

José Antonio de Andrade¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar argumentos para o entendimento da relação entre o movimento integralista e o regime Vargas, bem como os elementos constitutivos dessa relação entre esses dois sujeitos da política nacional. Para tal, traçar-se-á um diálogo com o que já foi estabelecido pela historiografia sobre o período em questão, além da análise de novos documentos, a fim de subsidiar as ideias apresentadas. Considerando-se o recorte temporal deste trabalho, especificamente a década de 1930, busca-se compreender como o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, aliado a um projeto de governo autoritário e à proliferação de ideias fascistas na política nacional, favoreceu essa relação.

Palavras-chave: Regime Vargas. Integralismo. Anticomunismo. Fascismo Brasileiro.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present arguments for understanding the relationship between the integralist movement and the Vargas regime, as well as the constituent elements of the relationship between these two actors in national politics. This understanding will be pursued through a dialogue between what has already been established by historiography on the period in question and new documents, which will serve to support the ideas presented. From there, and considering the period that is the focus of this study—specifically the 1930s—we will seek to understand how the rapid development of the media, combined with an authoritarian government project and the proliferation of fascist ideas in national politics, contributed to shaping this relationship.

Keywords: Vargas' Regime. Integralism. Anticommunism. Brazilian Fascism.

INTRODUÇÃO

Pelo presente artigo, não se intenta uma construção teórica acerca do movimento integralista. O objetivo aqui é, além de buscar um diálogo com o que já foi estabelecido pela historiografia sobre o movimento, compreender, com base em novos documentos, as harmonias e as contradições em sua relação com o regime Vargas. A partir disso, busca-se contribuir para o entendimento da participação e do papel desempenhado pelo integralismo

¹Mestre em História Política pela UERJ, Doutorando em História Política, Movimentos Sociais e Memória pela UNIVERSO. e-mail: jaandrade1981@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8339-8196>. Membro do Grupo de Estudos José Luís Romero – UERJ. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Dimensões Regime Vargas – UERJ. Pesquisa: atuação da imprensa; formação do imaginário social brasileiro; anticomunismo no Brasil republicano, especialmente a partir da Revolução de 1930.

na política nacional, especialmente sua instrumentalização pela propaganda anticomunista durante o período Vargas.

No contexto em que este trabalho se insere, é essencial reconhecer o Brasil dentro de uma conjuntura mais ampla, em que ideias fascistas encontravam abrigo nas políticas locais. Com o fim da Primeira República e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a concepção de um Estado uno e indivisível, nos moldes do fascismo europeu, estava na base da construção do que se entendia como uma nova nação. Esse processo, embora acompanhado por intervenções radicais no sistema de educação e cultura, nas relações de trabalho, nos sindicatos e em outros aspectos da organização social, tinha como principal motor a questão da segurança. Em outras palavras, a propaganda contínua de um perigo iminente sustentava a prerrogativa de uma luta constante e da necessidade de um governo forte (Andrade, 2024).

Esse discurso, rotineiramente veiculado pela imprensa, inspirou em muitos setores da sociedade uma radicalização em direção a um conservadorismo de direita, amplamente influenciado pelo fascismo italiano (Barros, 2010), bem como pelo nazismo alemão. Foi nesse contexto que surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB). E foi a suposta luta contra um inimigo comum — o comunismo — que aproximou a AIB do regime Vargas.

Concluimos que o resultado dessa união foi um suporte fundamental para o fortalecimento do regime, cujo ápice foi o golpe que instaurou o Estado Novo. Contudo, se para o integralismo essa aliança representava a esperança de participação no poder, para o regime Vargas tratava-se apenas de uma conveniência. Tão logo seus objetivos fossem alcançados, a aliança seria desfeita.

O REGIME VARGAS E A AIB: UMA RELAÇÃO DE INTERESSES

Criada em 1932, sob o comando de Plínio Salgado, Ação Integralista Brasileira (AIB) constituiu-se como um partido de expressão nacional². Defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo. Diversos fatores, como a crise financeira, o desemprego e as revoltas operárias, contribuíram para o sucesso do Partido Integralista, que tinha como lema o jargão *Deus, Pátria e Família*. O apoio de simpatizantes em várias esferas da sociedade fez com que essas ideias ganhassem cada vez mais adeptos (Trindade, 1974).

² Naquele momento, todos os partidos eram estaduais, com exceção do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado uma década antes, em março de 1922. Contudo, o PCB foi colocado na ilegalidade poucos meses após sua fundação, permanecendo assim durante quase toda a sua história (Ribeiro, 2022).

A AIB, segundo Robert Levine, era “caracterizada como um partido político paramilitar; seus constituintes praticavam ritos militarizados, bem como trajavam uniformes padronizados” (Levine, 2001, p.79). O movimento integralista tinha como inspiração os movimentos fascistas europeus, inclusive as organizações caritativas de facções da Ação Católica. Orientava-se por um movimento distópico e anacrônico, baseado na crença em valores morais que jamais existiram. Baseado nesse espírito renascentista, o integralismo convivia amistosamente com integrantes de outros movimentos radicais, como o nazismo, especialmente em comunidades do sul do Brasil.

O movimento integralista, que se organizou a partir de 1932, fazia “parte da constelação de partidos fascistas que surgiram na Europa e na América Latina depois do fim da Primeira Guerra Mundial” (Cytrynowicz, 2010, p.23). Desde sua fundação até sua desarticulação, após o golpe do Estado Novo, desfrutou de considerável ascensão. Para Héglio Trindade, o “integralismo foi o primeiro movimento de massa [no Brasil], reunindo cerca de meio milhão de aderentes” (Trindade, 1974, p.10). Outro ponto importante em relação ao movimento de Plínio Salgado foi sua capacidade de “organizar uma rede excepcional de imprensa” (Ibidem).

Todos esses pontos somados — crescimento contínuo, organização política em âmbito nacional, discurso fascista e uma ampla rede de imprensa — faziam do integralismo uma força política nada desprezível, que provocava reações nos mais diferentes espectros da política nacional naquele momento. Para os setores da política mais voltados aos preceitos democráticos, o fortalecimento da AIB era o sinal de que uma ação mais efetiva contra o autoritarismo e os ideais fascistas se fazia necessária.

Nesse sentido, em 1935, no âmbito da luta pela representação e da defesa da democracia, deu-se a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Entre seus objetivos estavam a defesa da livre manifestação e o posicionamento contrário ao movimento integralista, o que configurava a ANL como um movimento de intenções antifascistas, engajado na luta contra o imperialismo (Andrade, 2023). Como um movimento pluralista, a Aliança manifestava apoio às ideias de liberdade religiosa e política, não se colocando propriamente como um partido político. Esse era o tom da expressão, que, mesmo antes de sua oficialização, em março de 1935, já havia sido lida em plenário da Câmara pelo deputado Gilbert Gabeira (Partido Proletário/ES). Conforme Gabeira (1935, p.389):

[...] Diante da crua realidade de nossa submissão econômica e política ao imperialismo, o patriotismo mítico de Deus, Pátria e Família' não passa de uma tapeação. [...]. O passado histórico do Brasil é cheio de lutas revolucionárias pelas liberdades democráticas. Aqueles que, aproveitando-se do prestígio dos elementos sacrificados na luta pela democracia usurpam o poder, nunca realizaram o sonho pelo qual tanto se tem batido o povo brasileiro. [...] Agora mesmo, quando o governo prepara a Lei Monstro que vem terminar com o pouco de liberdade democrática formulado pela Constituição, vemos uma enorme mobilização de massas em defesa da democracia. [...] A Aliança Nacional Libertadora coordenará esse vasto movimento, eco de todo o passado revolucionário do Brasil na conquista de direitos democráticos.

No documento lido por Gabeira, era evidente a referência à posição do seu grupo político em relação a AIB e ao autoritarismo do regime Vargas. O lema do integralismo, *Deus, Pátria e Família*, foi classificado como tapeação, e a lei que o governo preparava contra a oposição, foi chamada de lei monstro³. Tal documento, sob o sugestivo título *Pela libertação do povo nacional brasileiro*, trazia um forte apelo à defesa da democracia e descrevia a essência do que viria a ser o programa oficial da ANL.

Com um prospecto que ultrapassava os limites das reformas jurídico-políticas e propunha alterações relevantes no trato de propriedades, a ANL se caracterizava como uma frente ampla em defesa dos valores democráticos, atraindo para seu seio largos contingentes das mais diversas classes sociais e políticas. A prédica em torno de liberdades e direitos individuais, proferida pela ANL, apontava em direção contrária ao aumento do autoritarismo do governo e à mística do integralismo.

Antagonismos ainda mais profundos vieram à tona com a Constituição de 1934. A crescente mobilização social desse período, que até então era encarada como elementos de regionalismos característicos da política nacional, colocava frente a frente movimentos nacionais de esquerda e de direita: ANL contra AIB.

No bojo de um proclamado combate às ideias radicais de origem fascista, a AIB tornou-se o alvo central das manifestações e ações da ANL. A adesão dos comunistas à referida organização intensificou o embate. Em resposta a essas adesões, Plínio Salgado — líder dos integralistas — definiu assim o que entendia como a luta do seu projeto político: “É por esse motivo que fora do integralismo não há possibilidade de salvar o país da mística destruidora de Moscou” (*Acção*, 1937, p.1).

Para Marly Vianna, o surgimento da ANL “levou a uma união imediata entre governo e integralistas no combate à frente, e à aprovação da Lei de Segurança Nacional”

³Tratava-se do Projeto de Lei nº 128, de 1935, que deu origem à Lei de Segurança Nacional. BRASIL. **Lei nº 38, de 4 de abril de 1935**. Dispõe sobre a segurança nacional. Diário Oficial da União, 5 abr. 1935.

(Vianna, 1995, p.125). A tática da ANL, de atacar qualquer movimento que se alinhasse aos ideais autoritários propostos pelo governo e por setores da direita fascista, como o integralismo, a tornou alvo principal destes. Era uma organização de caráter legalista, que conservava entre seus membros a ideia de que o caminho para o poder seria dentro da legalidade. Logo, a orientação de suas ações se dava neste sentido.

Essa conduta legalista da ANL gerava críticas internas, oriundas do setor comunista mais afeito à radicalização, já a partir de 30 de março de 1935, quando foi nomeado Luís Carlos Prestes como seu presidente de honra (Rocha, 1995, p.42). Fato que levou ao endurecimento dos ataques externos a essa organização, bem como ao crescimento da prédica anticomunista pelos integralistas e pela parcela da imprensa alinhada ao governo.

As evidências da infiltração de elementos comunistas que incentivavam a revolução puseram o governo em alerta e, em julho daquele ano, a ANL foi posta na ilegalidade e suas sedes foram ocupadas pelas forças policiais (Porfírio, 2009). Tais evidências teriam vindo à tona com a leitura do manifesto de seu lançamento público, em 30 de março de 1935, numa reunião realizada no Teatro João Caetano, no centro do Rio de Janeiro, mas principalmente na reunião solene realizada na sede da ANL, em 5 de julho de 1935. Nesse evento, foi lido por Carlos Lacerda um manifesto de Luís Carlos Prestes que terminava com a célebre sentença: “Todo poder à Aliança Nacional Libertadora” (*Correio da Manhã*, 1935, p.1 e 2). Essa frase foi como um estopim para o regime decretar o fechamento da ANL poucos dias depois, aos onze dias do mesmo mês⁴.

Para quem desejava tomar o poder, ou continuar nele, como foi o caso de Vargas naquele momento, a força organizacional, os números e a capacidade de representação do integralismo perante a sociedade eram ferramentas úteis. Em setembro de 1937, um dos principais nomes por trás da engenharia do golpe do Estado Novo foi enviado por Vargas até o líder dos integralistas. Francisco Campos “garantiu a Plínio Salgado que o integralismo estaria na base da futura organização” (Vitor, 2012, p.72).

Não demoraria muito para que o próprio Vargas se encontrasse com o líder dos integralistas. As impressões desse encontro foram registradas pelo presidente em seu diário, no qual anotou: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda [Renato], onde encontrei-me com Plínio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira

⁴Vargas fechou a ANL fazendo uso da Lei de Segurança Nacional, com base no Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935. Extensa matéria sobre o caso pode ser encontrada em: *CORREIO DA MANHÃ*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1935, p.1 e 5.

astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem” (Vargas, 1995a, p.78). Dessa forma, para além da união que já existia desde 1935, Vargas conquistava o apoio direto do integralismo, ao acender em seu chefe uma chama de expectativas quanto à ocupação de espaços políticos dentro da nova ordem que se articulava.

O desfile em honra a Vargas, promovido pelo movimento integralista em 1º de outubro — pouco mais de um mês antes do golpe —, demonstrava o estado de ânimo de Salgado em relação ao presidente. Para Vargas, esse era um apoio e tanto, pois significava a ampliação de seu campo de manobra. Talvez por isso, em suas anotações, a ênfase tenha sido nos números, ao afirmar que “certamente, mais de 20 mil desfilarão em continência ao chefe da nação” (*Ibidem*, p.79).

A partir dos movimentos sediciosos de 1935, a busca por um consenso — ou, ao menos, por algum tipo de consentimento social — com base em narrativas antiextremistas e ações de repressão tornou-se mais plausível, materializando-se especialmente pela produção de sentido no discurso. O governo passou a justificar suas ações com base em uma narrativa que dava destaque a supostas ameaças à nação. O cerne dessa prédica era apontar os grupos ideológicos como agentes de ideologias exóticas e sectárias, o que, na prática, significava acusar qualquer movimento de oposição de ser vinculado ao comunismo.

Nos embates entre comunistas e integralistas, independentemente do resultado, a culpa recaía quase sempre sobre os primeiros. Como a figura do comunista já vinha sendo há muito tempo construída como a do grande inimigo da nação, quase todos os episódios de violência eram atribuídos a esses militantes. Quanto aos integralistas, eram frequentemente apresentados como vítimas e, portanto, suas ações eram interpretadas como meros atos de defesa (Silva, 2005, p.231). Ainda que, para a polícia, ambos fossem identificados como “duas faces de uma mesma moeda”, por serem adeptos de ideologias consideradas exóticas (Domenach, 1963), naquele momento, por conveniência do regime, não havia qualquer repressão aos seguidores de Plínio Salgado.

A proximidade entre Vargas e o integralismo, diante da animosidade dos embates pela disputa do Catete, passou a ser questionada. O deputado Café Filho (Partido Social Nacionalista – RN) denunciou uma manobra para inflar artificialmente os números do integralismo. Alegou que operários foram obrigados a votar em um plebiscito promovido pelo movimento. Segundo ele, os números começaram em “um milhão, depois um e meio... e assim por diante [...], o integralismo não é a força política que diz ser” (Café

Filho, 1937, p.31.969). O deputado conclamou os dois principais nomes da eleição presidencial que se aproximava, Armando Salles e José Américo, a se manifestarem contra a “infiltração fascista” (*Ibidem*).

Referindo-se ainda à denúncia do deputado Domingo Velasco, de que o regime havia permitido a realização de uma reunião da “internacional fascista” dentro de um prédio público, Café Filho (*Ibidem*) reforçou seu posicionamento e fez duras críticas à relação do governo com os integralistas:

[...] um estrangeiro vem ao Brasil e, num prédio público realiza uma sessão para levar os fascistas brasileiros a uma organização internacional [...]. Terão autoridade, nesta altura dos acontecimentos, para combater os comunistas estrangeiros os que se acumpliciam aos fascistas estrangeiros [...]. E por quê o Brasil, ou o governo do Brasil, abre as suas portas, cede os seus edifícios para que estrangeiros pretendem fundar aqui uma internacional fascista.

O deputado concluiu dizendo que as forças democráticas deveriam repudiar tanto os comunistas quanto os integralistas, afirmando que a nação rejeitava ambos. Ao comentar esses pronunciamentos dos parlamentares, Vargas afirmou que se tratava apenas de tentativas de exploração política da recepção dada aos integralistas, concluindo: “sem consequências” (Vargas, 1995a, p.55).

Contudo, na prática, as ações do integralismo já eram interpretadas como o avanço de um grupo que oferecia riscos ao próprio regime. Em vários estados, esses embates se intensificavam; na Bahia, porém, eram mais ferrenhos (Silva, 2009, p.234).

O governador baiano, Juracy Magalhães, promovia em seu estado uma luta de vida ou morte contra os integralistas, e recomendara o mesmo a Vargas. Para Magalhães, essa caçada aos seguidores de Plínio Salgado deveria ser empreendida em nível nacional. O presidente, no entanto, comentou que isso era uma obsessão do governador, “que já não estava contente em persegui-lo na Bahia, com todas as vantagens do estado de guerra, quer que eu faça o mesmo em todo o Brasil” (Vargas, 1995a, p.22). Isso, ao que parece, não chegou a ocorrer — pelo menos até a outorga da nova Constituição e o fim definitivo da corrida ao Catete.

Aliás, a compreensão, por parte de Vargas, de que o integralismo poderia ser-lhe útil, não era novidade. Ainda em março de 1935, por ocasião da aprovação da Lei de Segurança Nacional na Câmara e da tentativa de alguns deputados de incluírem dispositivos para aplicá-la também contra os integralistas, Vargas anotou em seu diário:

“Enxertaram nela dispositivos contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é [...] uma propaganda útil para disciplinar a opinião” (Vargas, 1995b, p.373).

Assim, ao flertar com o integralismo, Vargas contava com um aliado de peso para atacar os comunistas e continuar perseguindo aqueles que ousavam se opor ao regime. Além dos confrontos diretos entre os “verdes e os vermelhos”⁵, o governo recebia, de quebra, toda a rotulação e o vilipêndio que as mídias integralistas pudessem produzir contra os comunistas — bem como elogios à importância do regime para a manutenção da ordem e exaltações ao nome de Getúlio Vargas. “Um super-homem [...]. O povo quer Getúlio Vargas, com ou sem constituição. A vontade é soberana, contra ela não podem ser invocadas [...] as ambições de politikeiros” (Rocha, 1937, p.2).

Para o jornal *A Offensiva*, principal meio de imprensa e propaganda do integralismo, não bastava apresentar os eventos promovidos pelo movimento, mas também se devia salientar a atenção do presidente a eles: “50 mil camisas verdes desfilaram ontem pela avenida Rio Branco; o Presidente e altas autoridades militares assistiram à passagem das colunas integralistas”⁶.

Em referência aos atos revolucionários de 1935, escreveu-se: “a manutenção da ordem pública é um problema político”; contudo, na opinião do periódico, a solução estava à vista, pois “a Nação confia[va] em seus leais defensores” (*Ibidem*), em clara exaltação a Vargas e ao regime.

Sobre os comunistas, a crítica era direta: “destruidores de famílias” (*A Offensiva*, 1936, p.1); “perseguidores a religiosos [...] piores mesmo que as próprias feras [...] matando apenas para satisfazer instintos perversos e impatrióticos” (*A Offensiva*, 1936, p.1); e “preparadores de uma ‘jornada de sangue’” (*Acção*, 1937, p.1), com o objetivo de destruir a nação.

⁵ As expressões aparecem no discurso do deputado Café Filho, na Câmara dos deputados (Café Filho, 1937, *Op. cit.*).

⁶ O desfile foi noticiado por toda a imprensa integralista, com destaque para seus dois principais veículos: *A Offensiva*, 2 de novembro de 1937, p.3; *Acção*, 2 de novembro de 1937, p.1. Os exemplares citados encontram-se sob a guarda do Arquivo Nacional, Fundo Godofredo Tinoco. Código de referência: BR_RJANRIO_TZ.

O historiador Orlando de Barros, ao comentar esse desfile, afirma que sua finalidade era “encorajar Vargas a dar um golpe, assumindo posições de direita. Essas mobilizações gigantescas em meio a uma população, geralmente avessa às grandes demonstrações políticas, foram a base principal da expressão de poder, que impressionava simpatizantes e atemorizava os inimigos, foi também a causa de seu fim”. Segundo Barros, Vargas, com o Estado Novo, pretendia “interpor-se aos extremismos de esquerda e de direita. A 3 de dezembro, a AIB foi dissolvida” (Barros, 1987, p.30).

A mídia integralista seguia a tática da propaganda anticomunista do regime: qualquer crítica recebida era prontamente apresentada como uma postura comunista. Manipular o perigo do comunismo, ressignificando-o de acordo com os interesses do momento, passou a ser um importante recurso para vexar os adversários, independentemente de sua posição política.

Frases como “Hostilizar o sigma em público é fazer profissão de fé comunista” (*A Offensiva*, 1937, p.1) e “Combater o integralismo agora é agir de má-fé ou servir de instrumento aos planos do comunismo” (*A Offensiva*, 1936, p.1) ilustram essa estratégia.

A narrativa integralista foi além: ao tentar impor a ideia de que defender o integralismo era defender a democracia, a retórica tornou-se ainda mais assertiva. Exemplo disso é a afirmação: “Qualquer obstáculo que se ponha à propaganda e à difusão das ideias integralistas é um atentado contra a democracia” (*A Offensiva*, 1936, p.1).

Em 7 de junho de 1937, a medida tomada pelo ministro da Justiça, Macedo Soares, que excarcerou em grande número detentos presos por suposto envolvimento nos movimentos de 1935, deu novo apelo às forças anticomunistas (Vargas, 1995a, p.52). Tal medida logo tomaria as páginas dos jornais, em especial dos integralistas, sob a alcunha de “macedada”. Rodrigo Motta comenta que “as manchetes dos jornais da AIB buscavam fazer retornar o pavor típico ao momento pós-Intentona, apresentando seguidas denúncias sobre a trama comunista em marcha” (Motta, 2020, p.239),⁷ e a suposta descoberta do Plano Cohen⁸ levou os integralistas a exultarem de contentamento. “O Brasil deu razão a Plínio Salgado” foi a manchete de capa do principal jornal integralista (*A Offensiva*, 1937, p.1).

Entretanto, a *ordo rerum* entre o regime e o integralismo não resistiu ao advento do Estado Novo. Não foi necessário mais do que o próprio discurso de Vargas, por ocasião da promulgação da Constituição de 1937, para que Plínio Salgado percebesse uma mudança na “direção dos ventos”. Ao escrever sobre o evento, Salgado (1950, p.118). foi assertivo:

Fiquei completamente convencido de que estávamos alijados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela nação e que sempre foram leais para V. Excia. nos momentos mais difíceis.

⁷Rodrigo Patto Sá Motta assinala as edições de *A Offensiva* dos dias 06, 07 e 08 de agosto de 1937 como sendo as principais dessa campanha. Cf. Motta, Rodrigo Patto Sá.

⁸Documento falso que alertava sobre o plano de invasão do Brasil por forças comunistas internacionais, foi levado a imprensa como real, a fim de atender aos interesses do regime Vargas em perseguir opositores e legitimar seu discurso de uma ameaça real (Silva, 1980).

Para José Américo de Almeida, um dos presidenciáveis para 1938, Getúlio Vargas se “apoiou no integralismo” (Lima, 1986, p.129)⁹ para facilitar sua caminhada rumo ao golpe, uma vez que a influência dos integralistas era grande em 1937. Para Jeová Mota,¹⁰ a alocação do integralismo como um alicerce para Vargas e o golpe foi responsabilidade de Francisco Campos, sob promessas de participação no poder:

Impõe-se que vocês se aliem a Getúlio, para enfrentar isso. Vocês não devem ter medo desta aliança. Ela é necessária e não é perigosa porque sem ela vocês não vão ao poder; e não é perigosa porque é uma aliança em que vocês são a organização, e o seu aliado não é organização é desorganização. Dessa aliança quem leva a melhor são vocês (*Ibidem*, p.110)¹¹.

Apesar das promessas, o que Vargas de fato reservou ao integralismo após o golpe do Estado Novo foi algo bem distinto de uma participação no poder. Nas diligências contra diversos núcleos integralistas, especialmente na Bahia e em Pernambuco, vários de seus símbolos haviam sido apreendidos e, com o advento do Estado Novo, passaram a ser utilizados como instrumento para ridicularizar a imagem do novo inimigo¹².

O integralismo passava, então, a ser acusado de tentar produzir novos distintivos e insígnias, distintos daqueles que, segundo o regime, representavam a verdadeira nacionalidade. Retratos de Plínio Salgado e a bandeira integralista eram tomados como exemplos incontestes da tentativa de criação de novos símbolos por parte do movimento, com o objetivo de mudar ou reorientar valores patrióticos associados aos símbolos nacionais mais importantes: “a bandeira do Brasil e o retrato do Presidente do Brasil” (Silva, 2005, p.235).

A eliminação do movimento de Plínio Salgado passou a ser um imperativo para o regime. Barbosa Lima Sobrinho comenta que, para o núcleo de poder em torno de Vargas, a partir de 1937, “era preciso criar dois terrores: o terror comunista e o terror do fascismo.

⁹ Depoimento de José Américo de Almeida.

¹⁰ Jeová Mota, em conjunto com o padre Helder Câmara e Severino Sombra, foram responsáveis pelos primeiros contatos com Plínio Salgado, acerca do que viria a ser a Ação Integralista Brasileira, fundada em outubro de 1932 (Mota, Verbete).

¹¹ Depoimento de Jeová Mota.

¹² Acerca da exposição negativa de um inimigo, Domenach trabalha a ideia de que são seus próprios elementos simbólicos que, desmontados, isolados e classificados, oferecem os meios para combatê-lo. Tal inimigo, uma vez despojado de seus instrumentos verbais e simbólicos, que lhe conferiam status de “impressionante”, vê-se reduzido a aspectos contraditórios, o que permite sua desmoralização ou mesmo ridicularização (Domenach, 1963, p.82-84).

Só assim abriria margem para a continuação de Getúlio Vargas” (Lima, 1986, p.129)¹³. No escopo dessa nova narrativa, “as lutas entre esquerda e direita no Brasil punham em perigo a democracia”, e a Constituição de 1937 foi apresentada como uma forma de evitar que esses “extremistas alienígenas”, fossem de direita ou de esquerda, tomassem as rédeas do poder no Brasil (*Ibidem*)¹⁴.

Sobre a personalidade política de Vargas e sua relação com os demais atores desse campo, tomamos as palavras de Aspásia Camargo, que diz: “As grandes inflexões da vida política de Vargas são longamente preparadas. [...] O golpe de 1937, a ninguém surpreende: urdido em silêncio, reúne os segmentos mais expressivos da comunidade política” (Camargo, 1999, p.13). É possível supor, pelas palavras do próprio Vargas, que isso não se tratava de uma questão momentânea, mas sim de um comportamento e de uma preocupação que o acompanhavam de longa data.

Em uma conversa com seu filho Lutero, Vargas confidenciou que passou seus anos de estudos movido pela ânsia de encontrar, na ciência e na filosofia, uma fórmula para explicar a vida e o mundo. Uma das chaves por ele encontradas para tal foi a teoria de Darwin — ou, mais precisamente, uma interpretação particular dela: “Vencer não é esmagar ou abater pela força todos os obstáculos que encontramos — vencer é adaptar-se” (Vargas, 1995a, p.486). Sugerindo a dúvida de Lutero, ele explica: “Adaptar-se não é conformismo, servilismo ou humilhação; adaptar-se quer dizer tomar a coloração do ambiente para melhor lutar” (*Ibidem*, p.487).

Talvez essa fala de Vargas seja um resumo de suas ações diante dos obstáculos no campo político. Não o sendo, é ao menos uma possibilidade de compreender o pensamento do homem que insinuou aliança com o integralismo, para, tão logo chegasse ao poder, defenestrá-lo.

CONCLUSÃO

A relação entre Vargas e o movimento integralista não foi, de forma alguma, uma constante, tampouco uma relação de alinhamento completo. Inicialmente, a ideia integralista surgiu como um elemento político baseado na forte campanha anticomunista existente à época. Ao se organizar como um partido político, espelhou-se no modelo fascista europeu. Para além do misticismo e da lua armada, defendia o autoritarismo e a

¹³ Depoimento de Barbosa Lima Sobrinho.

¹⁴ Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas.

necessidade de um líder, cuja figura deveria representar o mais alto sentimento de patriotismo.

Esses dois últimos pontos, principalmente, forneceram o pavimento para a aproximação com o regime Vargas. Se, num primeiro momento, essa relação — embora mutuamente favorável — não era tão forte, após 1935, com as tomadas de quartéis em Natal, Recife e Rio de Janeiro pelos comunistas, ela se revigorou. Com a campanha massiva contra esses atos, difundida pelos jornais integralistas e acompanhada de uma retórica anticomunista agressiva, a união de interesses se consolidava. O inimigo comum e a defesa de uma política autoritária encurtaram o caminho entre Vargas e o integralismo.

Entre os movimentos comunistas de 1935 e o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o integralismo passou a ser uma importante ferramenta de legitimação do regime e, principalmente, de seu líder, Getúlio Vargas. Os grandes eventos integralistas — muitos deles em homenagem a Vargas — atendiam perfeitamente aos interesses políticos do chefe do regime.

Contudo, com a instauração do Estado Novo, em que os poderes ficaram ainda mais concentrados sob o presidente, com os comunistas quase todos presos e o parlamento fechado, o integralismo, além de não mais interessar à propaganda anticomunista, passou a ser encarado como uma ameaça. Menos de um mês depois, no dia 2 de dezembro, Vargas tornou ilegal o movimento integralista.

De fato, Vargas ensaiou — ou encenou — uma aproximação com a AIB. Enquanto os números e a propaganda do movimento lhe foram úteis, ela se manteve. Após isso, não hesitou em colocá-la ao lado dos demais adversários políticos e seguir governando sozinho.

REFERÊNCIAS

- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano III, n.158, 29 mar. 1936. Caderno 1, p.1.
- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano III, n.293, 24 set. 1936. Caderno 1, p.1.
- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano III, n.296, 27 set. 1936. Caderno 1, p.1.
- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano IV, n.195, 05 jun. 1937. Caderno 1, p.1.
- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano IV, n.298, 2 nov. 1937. Caderno 1, p.1.
- A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano IV, n.301, 3 out. 1937. Caderno 1, p.1.

ACÇÃO. São Paulo, ano II, n.298, 30 set. 1937. Caderno 1, p.1.

ACÇÃO. São Paulo, ano II, n.306, 08 out. 1937. Caderno 1, p.1.

ACÇÃO. São Paulo, ano II, n.325, 2 nov. 1937. Caderno 1, p.1.

ANDRADE, José Antonio. O discurso de segurança como política pública no Brasil da Segunda República. In: SANTOS, Antocléia de Sousa et al. (Org.). **Análises interdisciplinares sobre políticas públicas**. Deerfield Beach, FL: Pembroke Collins, 2024.

ANDRADE, José Antonio; ABREU, David Monteiro. Aliança Nacional Libertadora. In: MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (Org.). **Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

AS COMEMORAÇÕES do 5 de julho nesta Capital e nos Estados. **Correio da Manhã**, Ano XXXV, n.12.462, 6 jul. 1935. Caderno 1, p.1-2.

BARROS, Orlando de. **O pai do futurismo no país do futuro: as viagens de Marinetti ao Brasil em 1926 e 1936**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BARROS, Orlando de. Preconceito e Educação no Governo Vargas (1930-45): Capanema, um episódio de intolerância no Colégio Pedro II. **Sesquicentenário do Colégio Pedro II. Caderno nº 8**. Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1987.

CAFÉ FILHO, João Fernandes Campos. **Diário do Poder Legislativo**. 31ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados. Discurso registrado na taquigrafia do dia 17 de junho de 1937. p.31, 1969.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Ed. FGV, 1999.

Combate ao extremismo: Fechada a sede da Aliança Nacional Libertadora e todos os núcleos. **Correio da Manhã**, Ano XXXV, n.12.469, 14 jul. 1935. Caderno 1, p.1, 5.

CYTRYNOWICS, Roney. A força e a pátria em ação. Dossiê Integralismo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 6, n.61, out. 2010.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

GABEIRA, Gilbert. **Diário do Poder Legislativo**. 138ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17 jan. 1935, p.389.

GOUVEIA, Vicente. Combater o integralismo agora é agir de má fé, ou servir de instrumento aos planos do comunismo. **A Offensiva**, Ano III, n.297, 29 set. 1936, p.1.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Valentina da Rocha. **Getúlio**: uma história oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MOTA, Jeová. Verbete. **FGV-CPDOC**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/jeova-mota>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PIMENTA, Everton Pereira; MARCO ANTÔNIO, M. L. O perigo agora é verde: o caso da intentona integralista por meio dos jornais mineiros. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de; PIMENTA, Everton Fernando (Org.). **As direitas no Brasil: discursos, práticas, representações**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Medo, comunismo e revolução Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Universitária UFPE, 2009.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. Quantos Partidos Comunistas cabem no PCB? In: RIBEIRO, Jayme Fernandes; ZAMPA, Vivian (orgs.). **Os comunistas e o seu partido**: um século de história (1922-2022). Rio de Janeiro: Chalé Editorial, 2022.

ROCHA, Geraldo. Um Super Homem. **Ação**, Ano II, n.314, 13 out. 1937, p.2.

ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu). Os perigos do nacional-reformismo na Aliança Nacional Libertadora. A Classe Operária, n.180, 1 maio 1935. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Pão, terra e liberdade**: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro/São Carlos: Arquivo Nacional/Universidade Federal de São Carlos, 1995.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo Perante a Nação**. Rio de Janeiro: Liv. Clássica Brasileira, 1950.

SANTOS, Augusto d'Oliveira Fausto Gomes dos. No Extremo Oriental da Soberania da Pátria. **A Offensiva**, Ano III, n.298, 30 set. 1936, p.1.

SILVA, Giselda Brito. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. **Projeto História**, v.30, p.229-241, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2264>. Acesso em: 26 mai. 2021.

SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha**: O Plano Cohen. Porto Alegre: L&PM, 1980.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1974.

VARGAS, Getúlio. **Diário. Vol. I (1930-1936)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a.

VARGAS, Getúlio. **Diário. Vol. II (1930-1936)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador. **Angelus Novus**, v.1, n.3, p.63-82, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88854>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

